Ao fim de uma bela época: migração ibérica, trabalho e redes sociais em Belém no limiar do século XX[1]

Maria de Nazaré Sarges • Daniel Souza Barroso
Universidade Federal do Pará

Primeiras palavras...

PENSAR A AMAZÔNIA da passagem do Oitocentos ao século XX remete-nos a um período em que a região ocupava grande atenção internacional, em razão dos excelentes resultados que a exportação da borracha trazia à economia regional. Um complexo econômico dedicado à exportação da goma elástica, conformado ainda nos meados do século XIX, acarretou em profundas transformações na estrutura demo-econômica de Belém, em particular, e do Pará, em geral. Nesse bojo, pensar a região naquele período também pode nos remeter à presença de indivíduos migrados de outro lado do Atlântico ou do nordeste brasileiro que aportavam em Belém e em Manaus, na busca da melhoria de sua condição social, fruto do trabalho na lavoura ou nos seringais.

Entre esses sujeitos que vieram parte deles, à procura das possibilidades de ascensão socioeconômica ensejadas pela maior liquidez econômica existente naquele contexto, estavam os portugueses e os espanhóis, que ao chegarem à Amazônia reconstruíram suas vidas entre as sombras das mangueiras e a água das chuvas vespertinas que até hoje marcam sua presença na cidade de Belém. Encontramo-los caminhando pela cidade com tabuleiros de peixe, vendendo ovos e frangos ou carregando pianos, mas também se divertindo, se alimentando ou mesmo em momentos de tensão, resultantes da aspereza da sobrevivência cotidiana. Ainda podemos encontrá-los em documentos arquivados nos acervos do Centro de Memória da Amazônia,[2] do Arquivo Público do Estado do Pará, nos romances e nas crônicas de jornais, o que nos possibilita revisitar sua presença no cotidiano de Belém.

1 O presente artigo é fruto de discussões desenvolvidas no grupo de pesquisa "População, Família e Migração na Amazônia", da Faculdade de História da Universidade Federal do Pará. Articula-se, igualmente, ao projeto de pesquisa "Imigração portuguesa e alianças matrimoniais: patrimônio, casamento e famílias em Belém (c.1850-c.1920", financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e coordenado pela Prof.ª Dr.ª Cristina Donza Cancela (PPHIST/UFPA).

2 O Centro de Memória da Amazônia (CMA) é um órgão suplementar da Universidade Federal do Pará (UFPA), que possui a guarda do acervo histórico do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, abarcando aproximadamente 35 quilômetros lineares de documental notarial, compreendida do final do século XVIII até 1970.

No presente estudo, analisamos comparativamente a inserção dos migrantes de origem portuguesa e espanhola no mercado de trabalho de Belém nas primeiras décadas doséculo XX. O artigo encontra-se estruturado em três seções. De início, empreendemos um esforço de contextualizar os fluxos migratórios direcionados à Amazônia, entre o final do século XIX e o alvorecer do XX. A seguir, expomos algumas das principais características do mercado de trabalho de Belém em 1920, sem perder de vista tratar-se de uma época de crise da economia da borracha. Portanto, focamos nas profissões que os ibéricos exerciam preferencialmente, sem deixarmos de perceber as possíveis implicações daquele evolver nas suas experiências de trabalho. Por último, a partir do estudo de casos, adentramos em parte de seu "cotidiano do trabalho", evidenciado sociabilidades e tensões que permearam a inserção desses imigrantes no mercado de trabalho da cidade de Belém.

Amazônia: o destino de migrações nacionais e internacionais

A partir de meados do século XIX, a Amazônia foi o destino de um intenso e contínuo fluxo migratório, constituído principalmente por migrantes de origem ibérica (sobretudo deportugueses) e "nordestina", e de predominância masculina. Entre 1872 e 1920, a população da cidade de Belém – capital do Estado do Pará, esse um importante polo social, político, econômico e cultural da região – praticamente quadruplicou. A cidade possuía 61.997 habitantes em 1872, 96.560 em 1900 e 236.402 no ano de 1920.[3] Belém se expandia em muitos vetores: estrutura demográfica, delimitação do espaço urbano, importância geopolítica, econômica e cultural.[4] E, assim como outras capitais de uma nascente República, assistia à transformação do espaço público e do modo de vida, à propagação de uma nova moral e à montagem de uma nova estrutura urbana – o cenário de controle das classes pobres e do aburguesamento de uma classe abastada.[5]

Naquele período, a localização estratégica de Belém – às margens da Baía do Guajará e próxima ao Oceano Atlântico – e a importância de seu porto, aliadas à intensa dinâmica e aos excelentes resultados que a borracha estava trazendo à economia regional, transformaram, paulatinamente, o cotidiano da cidade. O crescimento da extração do látex (matéria-prima da borracha) e da importância de sua exportação na balança comercial do Estado ocorreu concomitante ao aumento da população por imigração, o que torna difícil dissociarmos o aumento do número de habitantes do redimensionamento produtivo e econômico da região – isso sem desconsiderarmos outros fatores intervenientes como o possível aumento nas taxas locais de fecundidade e as secas no Nordeste, por exemplo.[6]

---

3 IBGE. Sinopse do Recenseamento de 1920. Rio de Janeiro: Tipografia de Estatística, 1926.

4 Cf. PENTEADO, Antônio Rocha. *Belém: estudo de geografia urbana*. Vol. 1. Belém: Editora da UFPA, 1968.

5 SARGES, Maria de Nazaré. *Belém: riquezas produzindo a Belle-Époque (1870-1912)*. 3ª ed. Belém: Paka-Tatu, 2010 [2000], p. 27.

6 Para uma visão geral da população de Belém, entre o final do século XIX e o início do XX, ver dentre outros: BARROSO, Daniel Souza. "Família e Imigração: o casamento, em Belém, no início do século XX". *Anais do XVII Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. Caxambu/MG: Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 2010.

Entre os vários migrantes que aportaram em Belém naqueles anos estavam os ibéricos. As migrações dos portugueses e dos espanhóis têm, entre si, diferenças de contingentes e de perfil que precisam ser destacadas. Em primeiro lugar, a migração portuguesa para o Pará foi desde sempre muito mais expressiva que a espanhola. Em segundo lugar, comparativamente, a migração portuguesa era mais seletiva quanto ao gênero. A grande maioria dos migrantes dessa naturalidade era do sexo masculino, sendo a migração espanhola bem mais equilibrada no que diz respeito a esseaspecto. Os Recenseamentos de 1872 e de 1920 podem nos ajudar a demarcar melhor essas diferenças.

Em 1872, segundo os dados do Censo, havia 3.361 portugueses na cidade de Belém. Eles representavam, proporcionalmente, 77,3% dos estrangeiros habitantes na cidade, 6,32% dos livres e 5,42% de sua população total. Os espanhóis, por seu turno, tinham uma presença mais modesta, perfazendo apenas 89 indivíduos oficialmente arrolados.[7] Em 1920, o número de habitantes da cidade passou a ser constituídopor 92,5% de brasileiros e 7,5%, estrangeiros; desses 68% eram de origem portuguesa. Representativamente acabou sendo uma mudança aparentemente pouco expressiva, mas cujos efeitos reais podem ter sido eclipsados pela Grande Naturalização de 1891 e pela intensificação da migração interestadual. A razão sexual da população migrante apoia ofato da migração direcionada ao Pará ter sido majoritariamente masculina. No mesmo ano, enquanto a razão de masculinidade da população total de Belém era 104,1, a razão de masculinidade específica da população migrante era 402,4.[8]

O mercado de trabalho em Belém nos meados do século XX

Ao longo dos anosde 1910 e 1920, a economia amazônica enfrentou uma grave crise. A queda no preço bruto da borracha decorrente da concorrência internacional, somada ainda à dinâmica da arrecadação federal no Brasil, que só no ano de 1910 se apropriou mais de *60%* de todos os lucros obtidos com a exportação do produto, tiveram impactantes consequências para a economia regional. Inclusive, os outrora competidores estados do Amazonas e do Pará tiveram de se unir na busca por uma solução para contornar a crise.[9] Esse é o cenário em que buscamos visualizar os portugueses e os espanhóis inseridos no mercado de trabalho da capital paraense.

O Recenseamento de 1920, por meio de seu quadro socioocupacional, evidencia as principais atividades econômicas presentes na cidade de Belém, mesmo que se trate apenas de um mercado de trabalho, com a licença do termo, "formal". O quadro apresentado pelo Recenseamento é claramente

7 As informações utilizadas do Recenseamento de 1872 foram retiradas de uma base de dados digital disponibilizada pelo Cebrap. Nessa base, alguns dados da versão original do Recenseamento foram corrigidos, o que pode fazer com que certos "números" apresentados ao longo de nosso texto não coincidam com aqueles presentes nos quadros originais do Censo de 1872.

8 IBGE. *Recenseamento de 1920*. Tomo IV: *População do Brasil segundo o sexo, o estado civil e a nacionalidade*. Rio de Janeiro: Tipografia de Estatística, 1926, p. 712.

9 SARGES, Maria de Nazaré & NASCIMENTO, Wilson Brito. "O Pará e Amazonas são irmãos: a Amazônia unida na crise da borracha e a imigração estrangeira". In: SOUSA, Fernando de *et al* (orgs.). *Um passaporte para a Terra Prometida*. Porto: Fronteira do Caos, 2011, p. 273-286.

enviesado por uma perspectiva geracional e, sobretudo, por uma perspectiva de gênero. Primeiramente, haja vista algumas ocupações, de acordo com o Censo, não estarem disponíveis aos mais jovens, como é evidente os trabalhos mais especializados, sejam eles mecânicos ou não. Além disso, o arrolamento das ocupações femininas acaba por invisibilizar a efetiva atuação das mulheres no mercado de trabalho formal de Belém, sendo a grande maioria delas colocada como "sem profissão definida". Essa indefinição da ocupação de determinados indivíduos, que será retomada mais adiante, pode ser indicativa de que algumas ocupações eram socialmente aceitas como "trabalhos", e outras não.

Consoante o Recenseamento de 1920, a agricultura, a construção civil, o comércio, os transportes (em especial, os marítimos) e o vestuário eram as cinco atividades mais exercidas pelos homens de Belém. Já entre as mulheres, o vestuário, a agricultura, o magistério e os serviços domésticos eram suas atividades mais comuns. Esse quadro, de caráter mais geral, evidencia uma cidade ainda característica do Brasil oitocentista, onde os espaços urbanos e rurais, decerto mais bem delimitados a altura do Censo, confluíam no espaço de Belém. Não obstante, particularmente o que concerne às ocupações masculinas, podemos observar uma cidade cada vez mais votada ao setor terciário da economia, onde a prestação de serviços, o comércio e as profissões liberais passavam a ter cada vez mais destaque.[10]

Essa possível tendência a um rearranjo no mercado de trabalho de Belém, conquanto não possa ser dissociada da tendência maior de urbanização presente nas principais capitais do Brasil, é naturalmente um reflexo do evolver econômico vivenciado pela região desde os anos do Oitocentos. O dinamismo econômico e o crescimento demográfico acentuado (decorrente, em grande parte, desse intenso fluxo migratório), podem ter transformado paulatinamente o mercado de trabalho em Belém não só com a abertura e a intensificação de novas atividades econômicas, como também pelo perfil cada vez mais cosmopolita das pessoas e dos serviços englobados nele.

Esse panorama mais geral, por mais que permita-nos apreender o mercado de trabalho de Belém como um todo, não nos possibilita perscrutar várias de suas nuances. Para além da compreensão das particularidades das ocupações de acordo com a geração, o sexo e a origem brasileira ou estrangeira, pouco podemos extrair do Recenseamento. Nesse sentido, para o propósito deste artigo sua utilização limita-se à perspectiva de contextualizar as características do mercado de trabalho da cidade, no qual portugueses e espanhóis estavam imersos. Com vistas a analisarmos a presença desses migrantes, lançamos mão de uma série composta por 5.792 registros de casamento civil. Diferentemente de seus congêneres paroquiais, os registros civis apresentavam, tanto para o noivo como para a noiva, referências às ocupações. É a partir deles que a análise de desenvolverá.

É importante destacarmos, logo de início, que o trabalho com os casamentos possui como o trabalho qualquer outra fonte histórica, potencialidades e limites. Se por um lado, eles dão ensejo a um trabalho mais detido com marcadores sociais, ao apontar com maior precisão as idades e a naturalidade dos sujeitos em questão, por outro lado, acabam impondo à análise um recorte socioeconômico e, por mais paradoxal que possa parecer, é igualmente geracional. Não apenas nem todas as pessoas

10 IBGE. *Sinopse do Recenseamento de 1920*. Rio de Janeiro: Tipografia de Estatística, 1926, p. 136-137.

tinham acesso ao casamento, com também permaneciam no mercado matrimonial por um período específico de suas vidas, não sendo comum contraírem núpcias nem muito jovens, nem muito velhos. Posto isso, vejamos a **Tabela 1**:

TABELA 1. Codificação socioprofissional dos nubentes homens em Belém (1908-1925)

SETOR PRIMÁRIO		
Agricultura	151	2,6%
Pecuária	01	--
Pecuária e Agricultura	32	0,6%
Pesca	07	0,1%
Extrativismo	09	0,2%
SETOR SECUNDÁRIO		
Mineração	01	--
Metais	20	0,3%
Madeira e mobiliário	50	0,9%
Têxtil, vestuário e alimentação	73	1,3%
Construção civil	95	1,6%
Meios de transporte (Manufatura)	43	0,7%
Outros artesanatos	625	10,8%
SETOR TERCIÁRIO		
Profissões liberais	238	4,1%
Serviço Público	556	9,6%
Educação	46	0,8%
Saúde	121	2,1%
Segurança	292	5%
Marítimos	567	9,8%
Igreja	02	--
Comércio	1.883	32,5%
Transportes e comunicações	274	4,7%
Outros serviços	263	4,5%
Jornaleiro	115	2%
Desempregado	01	--
Ocupação ignorada	327	5,6%
Total	**5.792**	**100%**

Fonte: CMA/UFPA. Cartório Privativo de Casamentos da Comarca da Capital (1908-1925)

A **Tabela 1** sinaliza, logo em um primeiro olhar, a expressiva concentração das profissões masculinas em atividades ligadas ao setor terciário. Ainda é evidenciado que as atividades ligadas ao comércio aglutinavam grande parte dos nubentes, sendo significativo tanto em relação ao setor terciário, quanto no cômputo geral das ocupações. Outras atividades, a exemplodos marítimos, dos empregados na administração pública e dos artistas também eram recorrentes. Embora os casamentos pesquisados sejam provenientes de um cartório que abrangia espacialmente toda a região da comarca da capital, incluindo seus perímetros rurais e urbanos, e as localidades adjacentes à Belém, observamos que, em linhas gerais, as profissões predominantes apresentavam um perfil essencialmente urbano; as atividades ligadas ao setor primário perfaziam somente a 3,5% do total das ocupações exercidas pelos nubentes.

As ocupações vislumbram, em certa medida, parte da lógica urbana e econômica de Belém no período, porém destoam da expressiva presença das atividades agrícolas na cidade. Praticamente um terço dos homens maiores de idade que habitavam Belém, em 1920, estava diretamente ligado a atividades agrícolas.[11] Isso sem contarmos com os envolvidos com a pecuária, a caça e a pesca. Além disso, devemos considerar, de antemão, que ao momento do casamento grande parte dos nubentes muito possivelmente ainda não estaria em seu estado de maior amadurecimento profissional, uma vez que a idade de casamento daqueles indivíduos comumente oscilavaentre os 20 e os 35 anos. Mas, também não podemos deixar de destacar que quase todos eles estavam empregados, o que denota a importância de um trabalho estável para a contração de núpcias.

Conquanto a exposição desta codificação seja importante no sentido de demonstrar parte do mercado de trabalho de Belém acessível para pessoas, em sua maioria, entre os 20 e os 35 anos de idade, algumas ressalvas precisam ser feitas. Em primeiro lugar, cabe-nos analisar as classificações profissionais encontradas. Tomemos, por exemplo, as ocupações ligadas ao comércio. Essas ocupações compreendiam um rol amplo de atividades que poderia abranger: empregados do comércio; guarda livros; caixeiros; comerciantes, negociantes etc. Como essas atividades foram arroladas por cartorários, cujos critérios desconhecemos, torna-se difícil mensurarmos com exatidão as diferenças entre uma e outra. Também é o caso da categoria "artista", utilizada para designar um grupo essencialmente heterogêneo que exercia atividades manuais e artesanais. As terminologias empregadas para designar as profissões dos nubentes eram imprecisas e analiticamente limitadas. Uma limitação que, certamente, se fazia ainda mais manifesta no designar das atividades femininas.

Provavelmente, os cartorários responsáveis pelo registro dos casamentos, assim como os recenseadores da época, não possuíam demasiada preocupação em descrever, detidamente, as atividades exercidas pelas mulheres, o que ainda é agravado pelo diminuto mercado de trabalho formal acessível aos segmentos femininos da população. O Recenseamento de 1920 aponta que *83,7%* das mulheres habitantes em Belém ou não possuíam uma profissão declarada, ou não possuíam profissão alguma. Com expressividade menor, há referências a mulheres na confecção de vestuário, em serviços

11 *Ibidem.*

domésticos, na agricultura e no magistério – nesta ordem de relevância. As demais ocupações femininas são bem menos representativas.[12] A limitação do mercado de trabalho formal disponível às mulheres não se aplicava, de igual maneira, ao mercado de trabalho informal.[13]

Em relação aos casamentos, as ocupações femininas mais recorrentes eram as prendas e os serviços domésticos. Outras ocupações não raro encontradas foram: alunas e professoras da Escola Normal; costureiras; lavradoras; farmacêuticas, comerciantes e proprietárias. Embora o cômputo geral das ocupações femininas aponte ao exercício de atividades ligadas ao lar, isso não significa que todas as atividades desenvolvidas pelas mulheres se restringissemtão-somente ao espaço privado. Essa perspectiva deve ser matizada em dois aspectos. Em primeiro lugar, porque poderia haver uma congruência entre os espaços de moradia e de trabalho, a exemplo da coexistência de residências e casas comerciais no mesmo prédio, ou mesmo de pequenos ateliers no espaço doméstico. Em segundo lugar, porque o termo "serviços domésticos" não alude, necessariamente, o desenvolvimento de atividades no lar de residência da nubente, afinal, os serviços poderiam bem ser realizados na casa de outrem.

A inclusão de um repleto rol de atividades femininas na categoria genérica "ocupações domésticas" restringe, em muito, a análise destas atividades, vislumbra uma multiplicidade de pequenas tarefas de autossuficiência exercidas cotidianamente,[14] inseridas em uma infra-economia, ao que Braudel denominou de vida ou civilização material.[15] Como desconsiderar, por exemplo, as mães solteiras e viúvas chefes de família, ou ainda aquelas "atividades de improviso"?[16] De qualquer modo, não podemos nos esquecer dos papéis sociais idealizados às mulheres, no limiar do século XX. As "boas esposas" e "boas mães" deveriam cuidar da manutenção do lar, se não no sentido de provê-lo materialmente, pelo menos no sentido de preservar a boa ordem do espaço doméstico.

---

12 *Ibidem.*

13 Em Belém, no final do século XIX, o mercado de trabalho era permeado por relações de gênero que estabeleciam, entre homens e mulheres, hierarquias e alteridades nas definições das profissões. Para as mulheres, o mercado de trabalho era baseado em serviços de casa; raramente havia ofertas de emprego para mulheres fora do espaço doméstico. Cf. FONTES, E. "Prefere-se portuguesas: mercado de trabalho, racismo e relações de gênero em Belém do Pará (1880-1896)". *Caderno do Centro de Filosofia e Ciências Humanas*, Belém, 12 (1/2), p. 67-84, jan./dez. 1993.

14 SAMARA, Enide Mesquita & MATOS, Maria Izilda Santos de. "Manos femeninas: trabajo y resistencia de las mujeres brasileñas (1890-1920)". In: DUBY, G. & PERROT, M. (dir.). *Historia de las mujeres en Ocidente*. Tomo 5: *El siglo XX*. Madri: Taurus, 1993, p. 709-717.

15 BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII*. (Vol. 1: *Os jogos das trocas*). São Paulo: Martins Fontes, 2009 [1967], p. 12.

16 No clássico *Women, work and family*, Louise Tilly e Joan Scott cunharam o conceito de "the economy of makeshift". Trata-se do desempenho, por parte de mulheres casadas, de pequenas atividades (costura, cozinha, limpeza etc.) com o objetivo de complementar a renda familiar. Ao utilizarmos o termo "trabalhos de improviso" (que também poderia ter sido traduzido como "trabalhos provisórios"), fizemos referência ao conceito proposto e analisado pelas autoras (TILLY, Louise & SCOTT, Joan. *Women, work and family*. Nova York: Rinehart and Winston, 1978).

Os migrantes ibéricos no mercado de trabalho de Belém

Entre 1908 e 1920, *769* homens portugueses casaram-se em Belém. Os espanhóis, de 1908 a 1925, perfaziam *260* sujeitos. A diferença entre esses nubentes, existente no mercado matrimonial de Belém, refletia a própria diferença de contingente que portugueses e espanhóis apresentavam na população da cidade. Os lusitanos faziam-se em maior quantidade e, por esse motivo, casavam-se também em maior número que os hispânicos. No caso particular desses migrantes a proporcionalidade entre a cifra de nubentes e sua representatividade na população total de Belém, não se dava apenas em termos contingenciais, mas, igualmente, em função da maior ou da menor presença de mulheres. Enquanto no caso dos portugueses, como já se demonstrou em estudos anteriores,[17] havia uma quantidade muito maior de homens casando, embora entre os espanhóis o quadro fosse equilibrado, balizando uma tímida maioria entre as mulheres.

Não constituindo uma exceção, os casamentos dos ibéricos também invisibilizavam as ocupações femininas, adjudicando a praticamente todas as nubentes, os serviços domésticos. Em raríssimos casos, encontramo-las no exercício do magistério ou em atividades ligadas à agricultura ou ao comércio. No caso dessas duas últimas, suas atividades coadunavam com a de seus futuros cônjuges. Longe de representar mera casualidade essa "coincidência" pode ser um indício de certas questões de fundo, dificilmente apreensíveis sem documentação histórica suficiente. Um olhar mais acurado sobre esses casos evidencia que não apenas as ocupações, como também os endereços dos nubentes eram os mesmos. É possível, ou melhor, provável, que os noivos já coabitassem antes mesmo do casamento, e que trabalhassem conjuntamente, talvez mesmo em seu espaço de moradia, nas atividades destacadas.

De todo modo, mesmo que casos como esses desnudem algumas nuances do trabalho feminino em Belém, no limiar do Novecentos, trata-se apenas de referências fragmentadas, não passíveis de tratamento serial. Destarte, por mais que possamos apontar aqui ou ali do que as mulheres se ocupavam, não podemos delinear claramente suas principais atividades, ainda que suponhamos que a maioria delas fosse atinente ao trabalho doméstico, ao magistério ou ao trabalho familiar (como pode ter sido o caso das mulheres que trabalhavam no comércio e, sobretudo, na agricultura). Não sendo as abordagens (com o perdão do termo!) "qualitativas" o mote de discussão deste artigo, centramos as reflexões na presença de homens portugueses e espanhóis no mercado de trabalho de Belém; além disso, homens que, como já destacamos, estavam em sua grande maioria entre os 20 e os 50 anos de idade. Vejamos a **Tabela 2**:

17 CANCELA, Cristina D. & BARROSO, Daniel S. "Casamentos portugueses em uma capitaldaAmazônia: perfil demográfico, normas e redes sociais (Belém, 1891-1920)". *História Unisinos*, São Leopoldo, 15(1), jan./abr. 2011, p. 60-70.

TABELA 2. Codificação socioprofissional dos homens portugueses (1908-1920)

SETOR PRIMÁRIO		
Agricultura e pesca	12	1,6%
SETOR SECUNDÁRIO		
Têxtil, vestuário e alimentação	26	3,4%
Construção civil	05	0,7%
Industrial	07	0,9%
Madeira e mobiliário	10	1,3%
Outros artesanatos	75	9,8%
SETOR TERCIÁRIO		
Comércio	529	68,8%
Profissões liberais	12	1,6%
Transporte e comunicações	30	3,9%
Igreja	01	0,1%
Outros serviços	28	3,6%
Ocupação ignorada	34	4,4%
Total	**769**	**100,0%**

Fonte: CMA/UFPA. Cartório Privativo de Casamentos da Comarca da Capital (1908-1925)

A **Tabela 2** revela uma grande concentração dos homens portugueses pesquisados em atividades ligadas ao setor terciário, essencialmente no comércio. Aproximadamente *70%* de todos eles tiveram suas ocupações descritas claramente como comerciais, desde auxiliares do comércio a grandes negociantes, passando por guarda-livros e vendedores ambulantes. Em um segundo plano, destacam-se as atividades que, em menor intensidade, poderiam também estar associadas à praça mercantil de Belém, como aquelas englobadas nas categorias "Outros artesanatos", "Transporte e comunicações e "Têxtil, vestuário e alimentação". As demais ocupações eram rarefeitas, sendo muito pouco representativas no geral. O quadro ocupacional dos portugueses apresenta, em relação ao quadro ocupacional geral, algumas aproximações e distanciamentos que precisam ser considerados.

No que diz respeito às aproximações, apontamos que, ora com maior ora com menor variação percentual, o quadro dos portugueses e o quadro geral, são certamente semelhantes. As diferenças entre um e outro residem na maciça participação dos lusitanos nas atividades correlacionadas ao comércio e da pouca presença desses migrantes em determinados setores – a exemplo do serviço público ou dos marítimos, que perfaziam cada um deles, cerca de *10%* de todos os casos. Se, por um lado, não conseguimos precisar o porquê da quase ausência dos portugueses nesses setores, por outro lado, a sua efetiva participação no setor mercantil, em suas mais variadas escalas, pode ser mais fácil

de justificar. Para além da simples associação portugueses/comércio, o amálgama da grande maioria dos migrantes lusitanos em atividades mercantis pode ter raízes ainda mais profundas.

A inserção dos migrantes portugueses no mercado de trabalho formal de Belém, no limiar do século XX, estava diretamente associada ao caráter do processo migratório que os levou à Amazônia e, de igual maneira, às características particulares que pautaram as relações sociais entre portugueses e paraenses naquele período. A sociedade local tinha fortes laços com Portugal, os lusos eram os imigrantes em maior quantidade e o fluxo migratório ocorria *em cadeia*, ou seja, era marcado pela "predileção" de gênero e pela existência de indivíduos, em geral parentes, que davam apoio logístico à migração.[18] E eram esses indivíduos, os quais aqui denominaremos de "intermediários sociais", que tornaram a migração lusa um caso bem específico dentre as outras migrações direcionadas à Amazônia entre o final do século XIX e o início do Novecentos.

Por "intermediários sociais" apreendemos, tal como Renato Pinto Venâncio, pessoas que poderiam interceder social, política e economicamente diante de indivíduos de condição social mais elevada, em prol daqueles menos favorecidos.[19] Eram, portanto, responsáveis pelo dinamismo de extensas redes sociais que poderiam interligar pessoas nos extremos da hierarquia social. Mas de que modo a noção de "intermediários sociais" poderia nos ajudar a compreender não apenas a inserção dos portugueses no mercado de trabalho de Belém nas primeiras décadas do século XX, mas, principalmente, os meandros e as diversas nuances que permearam aquele processo migratório?

Num interessante balanço da produção historiográfica sobre as migrações, o sociólogo americano Douglas Massey apresenta um quadro em que ganha destaque o importante papel exercido por parentes ou demais pessoas conhecidas da articulação de uma migração.[20] Ora, esses parentes ou pessoas conhecidas nada mais são do que os já referidos "intermediários sociais". Em alguns casos, as articulações poderiam incluir tanto o auxílio na partida,[21] quanto no seu estabelecimento no novo local de moradia. Considerando as relações existentes entre o Pará e Portugal, é plausível pensarmos que alguns indivíduos de origem portuguesa tenham, muito possivelmente, organizado a migração de seus conterrâneos a Belém, assegurando-lhes todo um apoio logístico onde se incluiria, naturalmente, um emprego no setor mercantil, onde os lusitanos faziam-se presentes de modo expressivo. Mas, e quanto aos espanhóis? Vejamos a **Tabela 3**:

---

18 Sobre essa classificação ver: TILLY, Charles. *Migration in Modern European History* (mimeo). Disponível em: <http://deepblue.lib.umich.edu/bitstream/2027.42/50920/1/145.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2011.

19 VENÂNCIO, Renato Pinto *et al*. "O Compadre Governador: redes de compadrio em Vila Rica em fins do século XVIII". *Revista Brasileira de História*, São Paulo, 26(52), 2006, p. 287.

20 MASSEY, Douglas *et al.* "Theories of international migration: a review and appraisal". *Population and Development Review*, Nova York, 19(3), set. 1993, p. 431-466.

21 Quanto à imigração portuguesa para a Amazônia, já foi analisado um caso nesse sentido em: VIEIRA JUNIOR, Antônio Otaviano & BARROSO, Daniel Souza. "Histórias de 'movimentos': embarcações e população portuguesas na Amazônia joanina". *Revista Brasileira de Estudos de População*, São Paulo, 27(1), jan.-jun. 2010, p. 193-210.

TABELA 3. Codificação socioprofissional dos homens espanhóis (1908-1925)

SETOR PRIMÁRIO		
Agricultura	04	1,5%
SETOR SECUNDÁRIO		
Madeira e mobiliário	02	0,8%
Couro	06	2,3%
Têxtil, vestuário e alimentação	10	3,8%
Construção civil	02	0,8%
Outros artesanatos	63	24,2%
SETOR TERCIÁRIO		
Profissões liberais	04	1,5%
Empregados públicos	05	1,9%
Educação	01	0,4%
Comércio	94	36,2%
Transporte e comunicações	21	8,1%
Forças Públicas	02	0,8%
Jornaleiros	18	6,9%
Outros serviços	14	5,4%
Ocupação ignorada	14	5,4%
Total	**260**	**100%**

Fonte: CMA/UFPA. Cartório Privativo de Casamentos da Comarca da Capital (1908-1925)

A **Tabela 3** revela que assim como entre os portugueses, entre os espanhóis ocorria também uma concentração ocupacional nas atividades ligadas ao comércio, mesmo que em menor proporção. Pelo menos *um em cada três* dos espanhóis pesquisados estava ligado ao setor mercantil. Podemos destacar, igualmente, entre os espanhóis, aimportante presença deles na categoria "Outros artesanatos". Outras categorias, a exemplo da dos "Jornaleiros" e a de "Transporte e comunicações", também aglutinavam um bom número desses imigrantes. É importante salientarmos que o quadro ocupacional dos espanhóis era ainda mais parecido com o quadro socioocupacional geral, do que o dos portugueses. Ainda assim, há entre eles uma tendência geral a empregarem-se em ocupações ligadas, direta ou indiretamente, ao comércio, mesmo em menor intensidade que os portugueses.

Era no setor mercantil que havia uma grande rivalidade entre os ibéricos; portugueses e espanhóis envolviam-se em embates na busca por melhores locais na praça mercantil e pelo monopólio do comércio. A notória presença majoritária dos ibéricos que atuavam no setor do comércio, especialmente no retalhista, causou um desconforto aos brasileiros que os viam como exploradores e

concorrentes em um mercado de trabalho que deveria ser nacional, assim acreditavam os brasileiros, no caso, os paraenses. Essa disputa no mundo do trabalho gerou uma tensão constante entre os "galegos" e os nativos, sobretudo no espaço público onde os vendedores ambulantes das mais diferentes nacionalidades obtinham meios para a sua sobrevivência. À medida que o processo migratório se acentuava o espaço público da cidade era tomado pelos trabalhadores de ruas, conforme se pode observar pela **Tabela 4**:

TABELA 4. Vendedores ambulantes registrados na Intendência de Belém (1902-1903)

Mês	Número	Variação
Dez. de 1902	228	--
Jan. de 1903	292	64
Fev. de 1903	250	-42
Mar. de 1903	294	44
Abr. de 1903	256	-38
Maio de 1903	321	65
Jun. de 1903	335	14
Jul. de 1903	269	-66
Ago. de 1903	289	20
Set. de 1903	247	-42
Out. de 1903	247	--
Nov. de 1903	274	27
Dez. de 1903	190	-84

Fonte: LEMOS, Antônio. *Relatórios apresentados ao Conselho Municipal de Belém na sessão de 15 de novembro de 1897-1902*. Belém: A. A. Silva, 1902, p. 125

Era nesse espaço do comércio ambulante intenso e bastante difícil de ser controlado é que os trabalhadores disputavam a sua inserção no mundo do trabalho. Nele, encontramos vendedores de flores, carregadores, e vendedores de peixe, de legumes e de verduras, que vendiam suas mercadorias em tabuleiros improvisados e desprovidos de qualquer higiene; vendedores de leite que iam com suas vacas de casa em casa; vendedores de tecidos em "lojas ambulantes que vendiam, em carros e tabuleiros, fazendas francesas, inglesas e diversas miudezas",[22] enfim, uma gama de produtos que tornavam a cidade uma grande tenda colorida. É nesse cotidiano da cidade que vamos encontrar uma notícia que bem espelha a situação de crise econômica resultante da queda dos preços da borracha.

22 SARGES, Maria de Nazaré. *Belém: riquezas produzindo a belle époque... op. cit.*, p. 28.

> Já não é a primeira nem a segunda vez, que ás portas da nossa redação aparecem moços patrícios a implorar um óbolo para comer, pois o trabalho lhes falta para que por ele possam conseguir o dinheiro necessário ao seu sustento.
>
> Alguns, com as lágrimas nos olhos, têm-nos também implorado para intercedermos junto do Consulado de Portugal a fim de poderem conseguir uma passagem que lhes dê direito a voltar ás terras pátrias.[23]

Essa é apenas uma das muitas tensões que se impõem aqueles que chegaram ao Pará na condição de imigrante, mas tantas outras situações do cotidiano se esparramam nos papéis dos arquivos policiais, como o caso de Alfredo e Delfina:

> Alfredo Cid e Delfina Alves moravam próximo: ele, na Rua Manoel Barata, 90; ela, à Rua Tiradentes, 32. Em 1920, eles tinham, respectivamente, 19 e 18 anos de idade. Haviam começado a namorar dois anos antes, em 1918, no bairro onde moravam: o Reduto. Menores de idade e ainda não emancipados, Alfredo e Delfina precisariam de autorização paterna para poder contrair núpcias. O pai de Alfredo, com quem o mesmo trabalhava numa sapataria de propriedade familiar, consentia com o casamento de seu filho. Por sua vez, José Rodrigues Alves opunha-se ao casamento de sua filha Delfina, declarando ser "pobre, mas honrado" e que se sacrificava ao máximo para dar educação a sua prole. Segundo José Alves, o pretendente de sua filha era um "precoce perdido social", um "vagabundo, *sem profissão alguma*". Alfredo Cid refutava essa "acusação" alegando que possuía "profissão honesta e definida", com rendimentos suficientes para constituir família.[24]

Esse relato nos remete a pensar que dentro de uma relação conjugal, o marido e a esposa exercem papéis familiares inerentes ao grupo social que pertencem, sob influência de valores morais específicos.[25] Entretanto, no final do século XIX e o limiar do século XX, assistiu-se a uma reconfiguração do "pacto matrimonial", que acarretou uma mudança do papel social do marido passando de administrador de bens para provedor e protetor do lar.[26] Portanto, o provento ao lar era um papel social de gênero associado especificamente ao masculino, o que ajuda-nos a melhor entender a preocupação de José Rodrigues Alves com o casamento de sua filha com Alfredo Cid, um "vagabundo, *sem profissão*

23 *Jornal Lusitano*, 24 de setembro de 1921, p. 2.

24 CMA. 2ª *Vara Cível* (*Cartório Odon*). Suprimento de consentimento para casamento, onde foi requente Alfredo Rodrigues Cid e requerido José Rodrigues Alves. 1920.

25 SAMARA, Eni de Mesquita. "Casamento e papéis familiares em São Paulo no século XIX". *Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas*, São Paulo, nº 37, 1981, p. 17-25.

26 NAZZARI, M. *O desaparecimento do dote: mulheres, famílias e mudança social em São Paulo, Brasil, 1600-1900*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001 [1991].

alguma", e a refutação desse àquela acusação, confirmando possuir uma "profissão honesta e definida" que lhe permitiria constituir e sustentar uma família.

O imbróglio em que se envolveu Alfredo Cid é apenas um exemplo de algumas das tensões que permearam as relações de trabalho dos migrantes de origem espanhola e paraense no mercado de trabalho de Belém, nas primeiras décadas do século XX, ainda que na esfera familiar e da intimidade. O dinamismo econômico e o crescimento demográfico acentuados (decorrente, sobretudo, de um intenso fluxo migratório), associados ao que a historiografia convencionou de chamar de a "Economia da Borracha", transformaram paulatinamente o mercado de trabalho em Belém não só com a abertura e a intensificação de novas atividades econômicas, como também pelo perfil cada vez mais cosmopolita das pessoas e dos serviços englobados nele.

Considerações finais

A vivência dos estrangeiros em solo amazônico deve ser entendida no contexto de uma economia que precisava de mão de obra para atender o mercado internacional, embora as cidades não estivessem em condições de abrigar um contingente cada vez maior de imigrantes. Essa parcela significativa de estrangeiros ao se deparar com um novo ambiente enfrentava alguns obstáculos quase que "naturais" a esse processo migratório, como a diversidade cultural e as dificuldades de inserção no mercado de trabalho, entre outros. A tentativa de compreender a complexidade das relações de trabalho entre os imigrantes portugueses e espanhóis com a sociedade paraenseleva-nos a delinear um quadro geral dessa questão que abre possibilidades de novas investigações.